

Contrato do Estado foi o primeiro e o mais complicado

Débito de outros governos é menor e acerto ainda não foi além de protocolos de intenção

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — O refinanciamento da dívida paulista, assinado ontem, é o primeiro a ser colocado em contrato. Todos os demais acordos ainda não passam de protocolos de intenção entre os governos federal e estaduais. Os contratos de São Paulo foram feitos primeiro porque correspondem à maior dívida, de negociação mais complexa. Até agora, 15 Estados já firmaram protocolos: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondô-

nia, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. Outros dois negociam: Alagoas e Goiás.

O Ministério da Fazenda precisará pedir ao Congresso autorização para emitir títulos e financiar os Estados. O valor ainda não está fechado. As estimativas giram em torno de R\$ 100 bilhões, mas quanto mais demoram os contratos maior será a conta, por causa dos juros. A idéia básica das renegociações é de que o Tesouro assumirá as dívidas no mercado de títulos e com os bancos. Os Estados em vez de pagar aos antigos credores, passam a dever ao Tesouro.

A vantagem para os Estados é que a dívida será cobrada por prazo longo (30 anos) e com juros menores (variação do IGP-DI, mais juro de 6% ao ano). Em troca de ajuda, os Estados se comprometem com metas de melhora em sua performance fiscal.